

territorium



15

Abertura do IV Encontro Nacional de Riscos no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, 10 de Março de 2008

José Miguel Medeiros

Secretário de Estado da Protecção Civil. Geógrafo.

Foi com um enorme prazer que me desloquei a Coimbra, no passado dia 10 de Março, para presidir à abertura do Encontro Nacional, promovido pela *Riscos*, Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, em resposta ao honroso convite que a organização entendeu dirigir à Secretaria de Estado da Protecção Civil, mas que – simultaneamente e no caso vertente – foi também dirigido ao Geógrafo, discípulo de vários dos ilustres professores que fundaram e dinamizam esta linha de investigação sobre riscos e condiscípulo de alguns outros. Foi com um sentimento situado entre o dever e o orgulho que participei no encontro, mais para aprender e colher ensinamentos do que propriamente para trazer um qualquer valor acrescentado à discussão e, muito menos, às matérias que foram objecto de abordagem e análise durante o seminário. Assim, gostaria sinceramente que a minha presença fosse sobretudo vista como um estímulo e o reconhecimento de alguém que transitoriamente exerce a responsabilidade de conduzir as políticas de protecção civil em Portugal e que vê nesta e noutras iniciativas de natureza semelhante, contributos indispensáveis ao amadurecimento das nossas estruturas de protecção e socorro, permitindo-lhes serem mais capazes e eficientes na difícil missão de prevenir e minorar os impactos das catástrofes e dos acidentes, tanto naturais como de origem humana.

Na nossa memória temos ainda bem presentes os incêndios florestais que assolaram o País de forma severa em 2003 e 2005, causando vítimas mortais e impactos sociais e económicos e ambientais elevadíssimos. O mundo ainda não se recompôs e guarda bem viva na memória a devastação provocada pelo sismo e consequente tsunami que ocorreu na manhã de 26 de Dezembro de 2004, no Sudeste Asiático. Já este ano, as cheias ocorridas em Moçambique, vieram mais uma vez provar que as sociedades, mesmo quando habituadas a conviver recorrentemente com certos fenómenos naturais, continuam vulneráveis e não estão preparadas para este tipo de ocorrências. O Equador viveu igualmente uma situação calamitosa, provocada também por cheias, em resultado da forte e intensa precipitação que se fez sentir no início do ano naquela região do Globo. A China ainda vive dias difíceis em sequência do sismo de 12 de Maio em Sichuan.

O facto de algumas destas catástrofes atingirem de forma mais visível e recorrente alguns países, leva alguns de nós, porventura mais incautos, a considerarem que as catástrofes escolhem somente os países mais pobres ou com níveis de desenvolvimento mais baixos. Trata-se de um raciocínio que não encontra confirmação na realidade e que considero não apenas errado como até mesmo absurdamente temerário. De facto, a realidade tem-se encarregado de demonstrar precisamente que todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento e do respectivo padrão de consumo de recursos ou da sua posição geográfica, possuem vulnerabilidades e estão sujeitas a riscos, mesmo que de diferentes naturezas ou consequências. O exemplo do Furacão Katrina que assolou a Costa sudeste dos Estados Unidos, em 2005, atingindo profundamente a mística e bela Nova Orleães, no estado da Louisiana, uma das cidades mais carismáticas dos Estados Unidos da América, país que é a maior potência mundial e que, supostamente, estaria preparado para um risco conhecido e amplamente estudado, é bem elucidativo da forma ligeira como frequentemente encaramos a problemática dos riscos e de uma certa ideia generalizada «de que as catástrofes só aconteçam aos outros» ou, como um certo chefe Gaulês invariavelmente dizia: «só tenho medo que o céu me caia em cima da cabeça, mas como amanhã não será a véspera desse dia...». No plano social, somos hoje confrontados com riscos inimagináveis há uma década atrás. Refiro-me, por exemplo, aos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, 11 de Março de 2004 e 7 de Julho de 2005, em Nova Iorque, Madrid e Londres, respectivamente. Todos estes acontecimentos, isolados ou em conjunto, levaram os poderes públicos de todos os países a um reforço dos instrumentos de previsão e mitigação de riscos, para além de um esforço redobrado na concretização de dispositivos de resposta.

O número de catástrofes naturais, principalmente as que são capazes de provocar milhares de mortos em breves instantes e as induzidas pela intervenção humana ou tecnológica que têm assolado o mundo, mostra que a sociedade está diante de uma nova realidade e de uma grande variedade de riscos. Aliás, existem mesmo sociólogos que designam de “sociedade de risco” o mundo globalizado e interdependente dos nossos dias. É um mundo fortemente baseado no movimento contínuo de pessoas e de bens, em tecnologias de ponta, na

indústria pesada e na deslocação de produtos altamente perigosos; é um mundo que comporta novos e diferentes riscos naturais e induzidos. A importância que a informação adquiriu no mundo actual, o aumento ou concentração da população nas áreas urbanas e costeiras, são factores que podem conduzir a desastres naturais e tecnológicos de proporções substancialmente diferentes daquelas a que estamos habituados. Impõe-se, por isso, uma obrigação acrescida a todos nós: procurar e estudar as causas de tais acontecimentos e tentar antecipar e prevenir os seus efeitos pelo que se impõe uma nova atenção e um novo olhar sobre os riscos. Em Portugal e na União Europeia, os grandes acidentes constituem uma preocupação não apenas do ponto de vista dos impactes ambientais e da saúde pública, mas também no plano económico e social. Essa preocupação vai exigir uma atenção reforçada, por parte das instituições científicas e técnicas, de forma a desenvolver modelos que nos permitam, por exemplo, contribuir para uma prevenção e mitigação de riscos em tempo útil e maior eficácia nas respostas.

Neste quadro assume especial relevância o papel das estruturas de protecção civil enquanto intervenientes de primeira linha, tanto no plano das medidas de prevenção, como na gestão das catástrofes e das emergências associadas aos riscos naturais, sociais e tecnológicos. Em Portugal, nos últimos três anos, demos passos decididos e decisivos ao nível da organização das nossas estruturas de Protecção Civil, tanto no plano Nacional, como nos planos regional e local (SIOPS/Comando Único, Briefings, Analistas de ocorrências, etc.). A elaboração de planos de prevenção e a adopção de medidas de mitigação são de extrema importância para controlar o risco. Por essa razão, Portugal tem vindo a desenvolver, ao longo dos últimos anos, planos específicos para estes tipos de emergência. O Plano de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, concluído no ano transacto, e o Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis para o Algarve, que arrancou há cerca de um ano e deverá estar concluído até ao final de 2008, são exemplos ilustrativos de um País que está finalmente a perceber a importância de estar mais bem preparado para qualquer eventualidade sísmica, atento o historial sísmico nacional da área geográfica a que pertencemos e das respectivas características geotectónicas. O objectivo destes planos e estudos é desenvolver políticas de prevenção e protecção adequadas, identificando e quantificando as vulnerabilidades, a fim de permitir estimar eventuais danos directos, face a diferentes cenários de catástrofe sísmica. Além disso, o País tem apostado na formação de novos técnicos em matéria de protecção civil, com

diferentes perfis de formação. Para além da Escola Nacional de Bombeiros, está a surgir uma oferta diversificada de cursos de pós-graduação e licenciatura nestes domínios, partindo de instituições credíveis como universidades e institutos politécnicos.

Recentemente, ainda no âmbito da Presidência do Conselho da União Europeia, a Autoridade Nacional de Protecção Civil levou a cabo, em conjunto com a Comissão Europeia, um seminário técnico sobre Sistemas de Alerta Precoce. Resultou desse seminário o impulso para a criação de um sistema de alerta precoce para tsunamis nas regiões do Atlântico Norte e do Mediterrâneo. Mais do que criar uma resposta pós-ocorrência, este sistema ambiciona a produção de informação atempada e eficaz, através de instituições identificadas, que permitam a tomada de medidas que evitem ou reduzam os efeitos de eventuais catástrofes. Como sabemos, muitas das cidades dos Estados-Membros da União Europeia, algumas das quais destinos turísticos importantes, estão localizadas exactamente em áreas expostas ao impacto directo de tsunamis, fazendo com que milhares de pessoas possam estar em risco. A ausência de um sistema de alerta precoce pode ser dramática e a verdade é que nenhum lugar do planeta está a salvo das catástrofes, sejam elas naturais ou tecnológicas. Creio, todavia, que podemos e devemos preparar-nos cada vez melhor, tanto individual como colectivamente e enquanto comunidades, para as enfrentarmos. Melhorar a tomada de decisões e o planeamento e gerir os riscos de uma forma mais eficaz, ao mesmo tempo que inovamos nas actividades de desenvolvimento e de protecção do ambiente é o caminho certo para tornar as comunidades menos vulneráveis. Em suma, trata-se de fazer o trabalho de casa! A transversalidade que estas questões inequivocamente possuem, torna absolutamente necessário integrar a avaliação dos riscos e a prevenção das catástrofes em todos os projectos e em todas as políticas de âmbito territorial tendo em vista a procura de um desenvolvimento sustentável. Termino estas linhas com um profundo agradecimento aos participantes e promotores do seminário, à sua disponibilidade e ao seu empenho na investigação e na partilha de conhecimentos, no domínio dos Riscos, pois este trabalho é decisivo para alcançar resultados que se traduzem objectivamente na preservação de inúmeras vidas e bens materiais. Talvez os riscos não possam ser diminuídos, mas o seu conhecimento mais aprofundado bem como a redução do seu impacto nas sociedades é uma tarefa que todos nós temos o dever de empreender. Direi mesmo tratar-se de uma questão verdadeiramente relevante no plano civilizacional.